



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO			DESPACHO
Número	Data	Rubrica	APROVADO Sala das Sessões 31/03/14 GUILHERME DE SOUZA GOMES PRESIDENTE
881	31/03/14		
REQUERIMENTO Nº. 336 /2014.			EMENTA
EXMO. SR. PRESIDENTE:			Solicita informações à Presidência da Caixa Econômica Federal, acerca da possibilidade de mudança na legislação de concessão de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida.
<p>REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado à Presidência da Caixa Econômica Federal, para que, informe a esta Casa de Leis, acerca da possibilidade de mudança na legislação de concessão de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>*Flexibilização das normas de concessão do financiamento, excluindo-se da renda os proventos provenientes de horas extras, e demais vantagens provisórias percebidas no contra-cheque.</p> <p>Justificativa:-</p> <p>Ocorre que estamos enfrentando esse problema em nossa cidade. O programa Minha Casa Minha Vida tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro, um dos problemas mais crônicos do país. A meta do programa, que entra agora em sua segunda fase (2011-2014), é construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda. Em 2010, após um ano de atividade, o Minha Casa Minha Vida atingiu a meta inicial de um milhão de contratações.</p> <p>O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3). Além da construção das unidades habitacionais propriamente dita (Minha Casa Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).</p> <p>Ocorre que muitos dos interessados pelo Programa são eliminados após seus vencimentos brutos atingirem acima de R\$ 1.600,00, e muitas vezes com valores praticamente irrisórios, como R\$ 1.610,00, R\$ 1.650,00, R\$ 1.700,00, isso é R\$ 10,00, R\$ 50,00, e R\$ 100,00 são motivos para desclassificar uma família que deseja seu lar, e muitas vezes esses valores são ultrapassados em face de proventos oriundos de horas extraordinárias, abonos, vantagens, enfim alguns são benefícios temporários, e a família em face desse valor irrisório que ultrapassa o limite são desclassificados.</p> <p>Por se tratar de um programa social, nada mais justo e humano que seja realizada as adaptações necessárias para contemplar as famílias que realmente necessitam de moradia. É preciso um acompanhamento mais de perto para além do simples papel, o Programa veja além, e vá conhecer o seio familiar, para uma constatação mais humana e social daqueles que realmente lutam e trabalham dia a dia em busca do sonho da casa própria.</p> <p style="text-align: right;">Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 31 de março de 2014.</p> <p style="text-align: right;"> LUIZ BRAZ MARIANO Vereador/PSC</p>			